



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 20 de agosto de 2010
Jornal de Brasília - Brasília/DF
Ministério da Saúde \ Institucional*

Saldo sob investigação do MP

*CIDADE
Francisco Dutra francisco.
dutra@jornaldebrasil.com.br*

O saldo milionário nas contas da Secretaria de Saúde do Distrito Federal está sendo investigado pelo Ministério Público. Segundo o promotor Jairo Bisol, a questão, conhecida formalmente como inexecução orçamentária, é objeto de apuração desde o ano passado.

A despeito do caos que assola a rede pública de saúde em cada cidade da capital brasileira, descobriu-se que a secretaria, no ano passado, economizou milhões de reais provenientes tanto de verbas federais quanto do próprio DF. De acordo com o relatório de atividades para prestação de contas anual do governo, redigido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, a pasta da saúde tinha uma verba autorizada para despesa de R\$ 4.064.863.607.

Mas, apesar disso, empenhou somente R\$ 3.561.477.057, tendo como saldo R\$ 503.386.550, dinheiro vindo de duas fontes: o Fundo Constitucional do DF (FCDF) e Fundo de Saúde do DF (FSDF).

Problemas

Na observação de especialistas, este montante economizado poderia ter sido empregado para minimizar os diversos problemas que castigam a saúde pública brasileira, a exemplo da falta de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), falta de medicamentos e mesmo de médicos nos hospitais e postos de saúde. "Isso já é objeto de investigação da promotoria há mais tempo. Em meados do ano passado, tendo acessado relatórios preliminares do Departamento Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde, eu fui ao Conselho Nacional de Saúde e fiz uma denúncia. Isso porque havia, à época, se

não me engano, R\$ 300 milhões dos recursos repassados, fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, que estavam investidos no BRB", comenta Jairo Bisol.

Por enquanto, na análise do promotor, não é possível estabelecer uma ligação direta entre os números revelados pelo relatório da Secretaria de Planejamento e o dinheiro encontrado no BRB. De acordo com Bisol, a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa) também investiga as dúvidas quanto à inexecução orçamentária em outros quatro estados do Brasil. "O Ministério Público Federal está investigando isso, porque eles têm um grupo de trabalho especializado na fiscalização de execução de verbas federais", conta Bisol. Além disso, o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) está fazendo um pente fino em todos os estados aonde paira essa dúvida. A Secretaria de Saúde do DF prometeu se manifestar hoje sobre a questão.

*Brasília, 20 de agosto de 2010
Folha de Londrina - Curitiba/PR
Ministério da Saúde | José Gomes Temporão*

'Governo chegou ao limite na negociação'

GERAL

Ministro negou a possibilidade de reajuste maior, mas disse que discussão sobre condições de trabalho dos médicos-residentes continua

Curitiba

Em visita ao Paraná para compromissos de campanha eleitoral, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que o governo federal já chegou ao seu limite com a proposta de reajuste em 20% no valor da bolsa-auxílio para os médicos-residentes que decidiram entrarem greve a partir de hoje. Eles pedem um reajuste de 38,7%, o que elevaria o valor da bolsa-auxílio de R\$ 1.916 para R\$ 2.657.

"Acabei de conversar com o ministro da Educação, (Fernando) Haddad, e ele concordou em criar um grupo para que o governo e os médicos-residentes possam discutir as condições de trabalho da categoria. Mas já chegamos ao limite com a proposta de 20%".

A categoria é vinculada aos ministérios da Saúde e da Educação, este responsável pelos repasses para o pagamento das bolsas. O reajuste proposto corresponde à inflação acumulada desde novembro de 2006, data do último reajuste.

Temporão criticou a decisão pela greve, que estaria prejudicando a própria formação dos médicos-residentes, além do atendimento à população. Mas o ministro admitiu que a reivindicação por melhores condições de trabalho e carga horária é justa. Ele admitiu que o problema é generalizado. "Em todas as áreas da Saúde há defasagem salarial. Desde médicos até enfermeiros, farmacêuticos etc".

O ministro comentou, ainda, a notícia veiculada pela imprensa de que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular lançaria uma campanha orientando seus 1,2 mil associados para que deixassem de operar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Não recebemos nada oficial e não acho que essa seria uma medida razoável", conclui.

A categoria soma 22 mil médicos-residentes no Brasil, sendo cerca de 1,5 mil no Paraná e 795 na Capital. Os residentes são profissionais formados em Medicina, que cumprem uma forma de pós-graduação caracterizada pelo treinamento em serviço, sob a orientação de médicos. A residência pode durar de dois a cinco anos.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 20 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde